

O BRASIL PAULISTA: A IDENTIDADE NACIONAL NO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DE JÚLIO DE MESQUITA FILHO

THE BRAZIL PAULISTA: THE NATIONAL IDENTITY IN A POLITICAL AND SOCIAL THOUGHT BY JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Guilherme Pigozzi Bravo¹

RESUMO: O projeto político elaborado por Júlio de Mesquita Filho norteava a atuação do jornal O Estado de S. Paulo e propunha a reconstrução do Estado e a regeneração dos costumes políticos do país. De acordo com “Julinho”, a República brasileira mostrava-se decadente no campo político e social, graças à abolição da escravatura e o conseqüente afastamento das elites intelectuais da máquina política nacional, dominada pelas oligarquias estaduais que se perpetuavam no poder, por meio de práticas eleitorais fraudulentas. A execução do referido projeto ficaria nas mãos de uma força dirigente paulista que, considerada superior em relação aos demais brasileiros, a partir de critérios de raça, nascimento e tradição histórica, ficaria responsável pela construção de uma “identidade coletiva” e pela condução dos destinos do país, possibilitando, desta maneira, a “adaptação” da democracia no Brasil. Contudo, tal projeto fazia, sim, parte dos planos para a hegemonia política e cultural de uma fração da classe dirigente paulista, representada pelo grupo que controlava o jornal O Estado de S. Paulo (OESP).

PALAVRAS-CHAVE: OESP. Hegemonia. Identidade. Democracia.

ABSTRACT: The political project prepared by Julio de Mesquita Filho guided the role of the newspaper O Estado de S. Paulo and proposed the reconstruction of the state and the regeneration of the political customs of the country. According to “Julinho”, the Brazilian Republic showed up decaying in the political and social area, thanks to the abolition of slavery and the consequent removal of the intellectual elites of national political machine, dominated by state oligarchies in power that is perpetuated through electoral practices fraudulent. The implementation of this project would be in hands of São Paulo’s ruling class that, considered superior compared to the others Brazilians’ persons, based on criteria of race, birth and historical tradition, would be responsible for the construction of a “collective identity” and for the conduction of the destiny of the country, enabling, in this way, the “adaptation” of democracy in Brazil. However, this project was indeed part of the plans for the political and cultural hegemony of a fragment of the São Paulo’s leader class, represented by the group that controlled the newspaper O Estado de S. Paulo (OESP).

KEYWORDS: OESP. Hegemony. Identity. Democracy.

INTRODUÇÃO

Júlio de Mesquita Filho (JMF) nasceu em São Paulo, no dia 14 de fevereiro de 1892, no momento em que seu pai, Júlio de Mesquita, ocupava a direção editorial do jornal recém-nomeado O Estado de S. Paulo (OESP).

Aos 12 anos, foi enviado pelo pai à Europa, onde estudou na Escola Acadêmica de Lisboa e no colégio suíço “La Chatelaine”. Em 1911, de volta ao Brasil, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo (SALONE, 2009, p.76).

¹ Graduado em História pela FCL – UNESP de Assis, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela FFC- UNESP de Marília. Artigo apresentado para avaliação junto à disciplina “Identidade(s) e Construções Identitárias na Contemporaneidade” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC-UNESP- Marília. Professor Responsável: Antônio Mendes da Costa Braga. E-mail: guipbravo@yahoo.com.br.

Nos anos de faculdade, JMF fez parte do corpo de membros de uma sociedade secreta chamada Burschenschaft². Paralelamente ao estudo do Direito, ingressou na carreira jornalística em 1915, como colaborador do *Estadinho*, edição vespertina do OESP, que circulou até 1921. Com o encerramento das atividades do *Estadinho*, JMF é nomeado redator-secretário de *O Estado de S. Paulo*³. Ainda como colaborador do suplemento vespertino, JMF participou ativamente na criação, em 1917, da *Liga Nacionalista*, inspirada nos ideais da *Liga de Defesa Nacional*, de Olavo Bilac, em São Paulo, e na *Campanha Civilista*, empreendida por Rui Barbosa, em 1919. Esses dois movimentos políticos exerceram grande influência no pensamento e na ação política do jornalista:

Nós, os moços de então, nos atiramos resolutos à campanha pregada por Bilac, tornando uma realidade a conscrição militar; e, empreendendo a luta pelo voto secreto, prepararíamos a atmosfera que pouco tempo depois tornaria possível a queda da oligarquia brasileira. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 70).

Da mesma maneira que a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista defendia o sistema de recrutamento militar. Porém, concentrou seus esforços na luta pela transformação do cenário político nacional, por meio de campanhas em favor do voto secreto e obrigatório. A estes objetivos somavam-se outros, como o combate ao analfabetismo e a doenças.

Apesar das experiências políticas que vivenciou durante os anos acadêmicos, JMF mostrou-se pessimista em relação à situação do ensino superior no país:

Entrava para a Faculdade de Direito, onde me esperavam as maiores decepções, pelo que ali presenciaria em relação aos estudos. A mais completa falta de cumprimento do dever profissional caracterizava, naquele tempo, como hoje, a quase totalidade dos professores. Com uma ou outra magnífica exceção, o quadro geral que se me deparava era desolador! [...] O espetáculo que ofereciam aos alunos era o de uma inacreditável decadência, precursora das borrascas de 1922, 24, 26, 30, 32 e o Estado Novo. A velha oligarquia perrepista conseguira tudo esterilizar ou destruir, deixando o campo livre para todas as infelicidades que a ela se seguiram. A mocidade acadêmica vivia totalmente alheada do mundo, à espera de um emprego público e a uma distância astronômica do que se preparava na Europa. Chocava-me profundamente o contraste com o que me havia sido dado observar no Velho Continente. (MESQUITA FILHO, 1969, apud SALONE, 2009, p. 79).

² Segundo Roberto Salone, a Burschenschaft “[...] era uma sociedade secreta e filantrópica que, no decorrer do Império, teve a função política de propagar a filosofia liberal, assim como as ideias republicanas e abolicionistas”. (SALONE, 2009, p.80).

³ De acordo com Roberto Salone (2009, p. 91), foi por sugestão de Paulo Rangel Pestana, diretor de OESP, que Júlio de Mesquita decidiu encerrar a circulação do *Estadinho*. Após a sua nomeação como redator-secretário, JMF passou a fazer parte da direção do OESP, juntamente com Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita. Após a morte do pai, em 1927, “Julinho” passa a ser o primeiro nome no comando do jornal. Ver também: (DUARTE, 1977).

Dada a situação caótica em que, de acordo com a sua visão, encontrava-se o ensino acadêmico, JMF, além do estudo do Direito, também se dedicou à Sociologia, à Ciência Política e à História.

INFLUÊNCIAS TEÓRICAS

É nas Ciências Sociais que JMF encontrou o arcabouço teórico para interpretar a realidade nacional e internacional. Ao falar dos princípios que norteavam a ação do jornal, a influência da metodologia e das categorias de análise das ciências empíricas torna-se explícita:

Em que consistem tais princípios? No respeito ao liberalismo, [...], no seu sentido real, no sentido que lhe imprimiu o espírito do século XIX, em que nasceu e prosperou. Esse espírito, vós os sabeis, fora uma consequência do enorme progresso das ciências matemáticas, físicas e naturais nos primórdios daquela centúria, e se caracterizou por uma confiança ilimitada no poder da experimentação. Experimentar era o *mot d'ordre*, e só acreditar naquilo que a Ciência afirmasse, o postulado lógico da inteligência. Eis a natureza fundamental do liberalismo, [...], limita-se a observar o curso natural dos acontecimentos, para pautar, por eles, as suas ações. Assim, aceitará a intervenção do Estado, neste ou naquele setor das atividades humanas, segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhe. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 71-72).

Identifica-se, nesta passagem, a influência do Positivismo de Auguste Comte, no pensamento social e político de Júlio de Mesquita Filho, ao conceber os acontecimentos como determinados por leis naturais e pela emergência do Estado como instituição destinada a garantir a ordem, indispensável ao progresso.

Segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 22), as ciências sociais marcaram presença no projeto reformador dos liberais do OESP. JMF, por exemplo, admirava a Sociologia, destacando o papel fundamental que esta tinha na apreensão científica da sociedade.

Por sua importância na questão do controle social, a sociologia foi invocada constantemente nas discussões acerca da reforma do ensino e da organização do mundo do trabalho: “A seiva da ordem, a vocação da lei perduram como elementos vitais que circulam no sangue dos organismos sadios e preparam o ambiente de paz e confiança em que vivem e trabalham as suas populações” (OESP, 12-04-1935, p.03)⁴.

⁴ Ressalte-se que “[...] ordem, isto é, seu exercício, constitui-se, para o jornal, uma necessidade das classes sociais detentoras, gestoras e agregadas do Capital, servindo, portanto, à dominação. Para além do claro caráter de classe que essa posição expressa, é importante reiterar a influência positivista do liberalismo do jornal” (FONSECA, 2005, p. 175).

Nestes assuntos, os liberais aproximavam-se das propostas autoritárias. Admitia-se, no entanto, a ausência destas nos campos político e econômico, nos quais não deveriam interferir. Para Thomas Skidmore (1989, p. 28), a doutrina positivista era um atrativo aos membros da elite dominante, os quais vislumbravam o crescimento econômico do país sem que, necessariamente, houvesse qualquer “mobilização social”. Concebendo a maioria da população brasileira como uma massa amorfa, analfabeta e sem capacidade de atuação política, a elite reconhecia no “aspecto autoritário do positivismo” um paradigma de modernização e justificação de sua posição social e política.

Além de Auguste Comte e Émile Durkheim, Herbert Spencer e Mendel também figuram entre as escolhas teóricas de JMF:

Pertenço a uma geração cujas convicções filosóficas tinham por fundamento as concepções spencerianas. [...] Era na quase identidade que julgava existir entre os organismos de natureza biológica e as sociedades humanas que Spencer baseava toda a sua Sociologia. [...] E nós também o seguíamos com a confiança e a fé dos neófitos, pois seduzia-nos a ordem, a disciplina, a lógica que, vistas através dos seus ensinamentos, pareciam presidir ao desenrolar dos fatos no movediço terreno social. [...] Lia eu nas colunas do ‘Estado’ os artigos em que Arnaldo Vieira de Carvalho expunha, pela primeira vez no Brasil, os fundamentos do mendelismo. [...] Podeis aí avaliar o que representou para a minha formação cultural o contato com aquele grande espírito, a leitura dos seus escritos, [...] (MESQUITA FILHO, 1969, p. 209-210).

De acordo com Maria Rolim Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p.96), “[...] evolucionistas sociais, como Spencer, acreditavam que as mudanças sociais eram lentas, graduais e contínuas e que levavam, em todos os domínios do universo, ao desenvolvimento de formas progressivamente mais altas.”

Assim, influenciados pelo evolucionismo de Spencer, os liberais acreditavam que a evolução do país rumo ao progresso deveria ser realizada de maneira pacífica e ordeira. Por isso, condenavam qualquer movimento radical de transformação, como, por exemplo, a revolução, considerada uma ameaça ao organismo social. Neste sentido, as propostas reformistas defendidas pelos representantes do OESP restringiam-se ao âmbito da reforma política e educacional.

O evolucionismo orgânico de Spencer prestava-se, assim, aos objetivos de dominação social. A vantagem de se adotar o modelo social spenceriano residia, também, no fato de que o pensador preserva, em seu modelo social orgânico, as liberdades individuais e a ausência de um Estado centralizado.

No que tange às influências intelectuais de pensadores brasileiros sobre JMF, identifica-se nele certa admiração por Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Euclides

da Cunha. Tais pensadores também foram influenciados pelo evolucionismo de Spencer e pelo Positivismo Comteano. Além destes teóricos, ressalta-se a importância das teorias evolucionistas de Darwin e das teorias raciais. De acordo com José Carlos Reis (2007, p. 89-90), tais intelectuais

Tinham, agora, uma preocupação ‘cientificista’. Comte, Buckle, Darwin, Spencer serão as referências intelectuais predominantes. [...] A formação intelectual de Capistrano se deu nesse ambiente determinista, científicista, até racista. Discutia-se, então, o positivismo, o determinismo climático, o determinismo biológico, o spencerianismo, o comtismo, o darwinismo, as teorias raciais. Pensava-se que a sociedade poderia ser estudada com a mesma objetividade com que se estudava a natureza, pois também se submetia a leis gerais de desenvolvimento. [...] Euclides da Cunha, O. Vianna, Sílvio Romero, Tobias Barreto, enfim, a geração de Capistrano de Abreu, discutia darwinismo social, luta pela vida, seleção das espécies. (REIS, 2007, p. 89 – 90).

Após identificação das raízes intelectuais que influenciaram a formação cultural de Júlio de Mesquita Filho, pode-se, agora, analisar a aplicação de tais teorias no estudo da sociedade brasileira, empreendido pelo jornalista. A face autoritária e conservadora de seu pensamento tornam-se explícita quando, ao justificar a superioridade política, econômica, cultural e social de São Paulo, sob a hegemonia dos paulistas do “grupo do Estado”⁵, demonstra ser o liberalismo⁶ totalmente compatível com as teorias organicistas, evolucionistas e racistas. Assim, também é possível observar que tais teorias alicerçam a construção das fronteiras identitárias concebidas por JMF.

O BRASIL “BANDEIRANTE” DE JMF: A HEGEMONIA DO “GRUPO DO ESTADO”

Em sua obra *A Crise Nacional*, escrita em 1925, Júlio de Mesquita Filho buscou elucidar as causas daquilo que ele identificava como a “decadência política” que assolou o país, após a Proclamação da República. Ao mesmo tempo em que procurava as origens da crise política, o jornalista propôs as soluções para tais crises e, assim, para a “[...] adaptação definitiva da democracia ao Brasil.” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 3).

Ao discorrer sobre as mudanças ocorridas no país após 1889, JMF já apontava uma das graves consequências da situação política nacional:

⁵ Segundo Irene Cardoso (1982, p. 41), “O ‘grupo do Estado’ considera-se a Comunhão paulista. [...] A Comunhão paulista não se identifica com o Estado de São Paulo (Estado da Federação), mas é a representação ideológica que o ‘grupo do Estado’ faz de si mesmo”. O OESP, porém, mantinha-se “neutro” em relação ao “grupo do Estado”, “[...] para preservar o seu perfil enquanto órgão de imprensa”, ou seja, transmitir ao leitor a idéia de imparcialidade”. (CARDOSO, 1982, p. 45).

⁶ É importante ressaltar que neste trabalho, Liberalismo não será considerado como sinônimo de Democracia. Ao analisar os interesses sociais que o primeiro sustenta, percebe-se que o pensamento liberal, ao estabelecer relação entre liberdade e livre gozo da propriedade, constrói uma distinção entre uma “comunidade dos livres”, os proprietários, e os não-livres, os não-proprietários. Neste ponto, há de se concordar com Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 23) que, ao analisar a imprensa liberal paulista, considera o pensamento liberal como “uma teoria de dominação social [...] e nesse aspecto é autoritário”.

Se é incontestável a melhoria operada nas condições étnicas da nação; se os meios de comunicação, quase nulos no tempo do império, se alargaram de maneira imprevista, permitindo que a ação das elites se tornasse muito mais eficaz no seio das massas esparsas pela vastidão territorial do paiz; se o número de escolas primárias centuplicou, de então para cá; como explicar-se a brusca deserção dos elementos intelectuais, da vida pública nacional? (MESQUITA FILHO, 1925, p. 04).

Cabe ressaltar, também, a relação que JMF estabeleceu entre as elites intelectuais e o poder político. A condição para a estabilidade política, neste caso, condicionava-se à presença dessas elites no governo do país. Esse fato é importante para demarcar a concepção de poder do jornalista, bem como, a relação entre Liberalismo e Democracia.

Domenico Losurdo ao comentar os discursos dos liberais norte-americanos no século XIX, demonstra claramente que, para a doutrina liberal, em que a liberdade e a vida estão condicionadas à posse, “a comunidade dos livres”, dos proprietários tem, entre outras, uma delimitação cultural:

Para que possa realizar-se uma liberdade ordenada, no exercício do poder não podem estar os ‘mecânicos’ e a gente comum ‘carente de qualquer conhecimento no âmbito das ciências e das artes liberais’; ao contrário, ‘devem estar os que receberam uma educação liberal, o grau normal de erudição nas artes e nas ciências liberais’; e estes ‘são os bens nascidos e ricos’. (LOSURDO, 2006, p. 257).

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 73), para os liberais, a utilização do conceito da “vontade geral”, elaborado por Rousseau, como origem do poder político, abriu o caminho para a “tirania da maioria”, na qual se produz um consenso a partir da coerção exercida sobre a minoria. Assim,

A ideia de que o pacto político deveria exprimir as igualdades e as desigualdades (ambas naturais, por suposto) que existiam na sociedade, triunfaram sobre as outras tendências e finalmente definiu-se que a sociedade política seria composta por aqueles que eram igualmente responsáveis pela criação da riqueza no país: os homens de posse, [...] (SANTOS, 1978, p. 79).

Referindo-se ao período monárquico, mais especificamente ao Segundo Reinado, JMF atribuiu a estabilidade e a ordem política à figura de D. Pedro II, “[...] espírito liberal e culto, [...]” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 08)⁷. O surgimento de “[...] uma opinião pública esclarecida, [...]” foi possível graças à marginalização da “[...] fracção semi-bárbara da população.” (MESQUITA FILHO, p. 07).

⁷ Ressalte-se que, ao falar do período monárquico como um período de estabilidade política e social, JMF não demonstra simpatia ao regime imperial. Seu descontentamento reside na maneira como a República foi implantada e conduzida até então.

Se a condição marginal do escravo, para JMF, constituiu um fator de estabilidade política e social no Império, a crise e a decadência moral e política, no período republicano, deveram-se, neste sentido, à abolição da escravatura. O jornalista dedicou várias páginas aos efeitos “nefastos” causados pelo decreto de treze de maio de 1888. Assim, com o fim da escravidão, “[...] entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais.” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 09).

Em outra passagem, JMF diz:

Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assinalada e que seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões da senzala, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psíquica indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que hoje estamos sujeitos. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 13).

Ao comentar a composição racial dos “bandeirantes” “Julinho” ressalta a ausência do mulato e do negro como critérios de distinção:

Até essa data não figura o mulato entre os documentos comprobatórios de boa ascendência, pela simples razão de que ele, como o negro, não existiam ainda em S. Paulo. [...] a grande maioria dos membros dessa quase ordem de cavalaria sertaneja [...] pertencia aos melhores ‘clás’ de Piratininga”. (MESQUITA FILHO, 1946, p.148).

John Locke, no *Segundo Tratado Sobre o Governo*, ao falar sobre a condição de não-proprietários dos escravos, diz:

Como disse, os escravos perderam a vida, e com ela a liberdade bem como as propriedades, não podendo, pois, ter qualquer posse no estado de escravidão, e não se podem considerar, portanto, como parte da sociedade civil, cujo fim principal é a preservação da propriedade. (LOCKE, 2006, p. 68).

Além da condição de não-proprietários, os escravos, ao serem reificados, tornavam-se mercadorias, ou seja, configuravam-se como propriedade de seu senhor. Neste sentido, na sociedade civil sob a hegemonia da propriedade privada, a “comunidade dos livres” gozava do direito de dispor livremente de seus bens. Segundo Domenico Losurdo, “[...] a ascensão do liberalismo e a difusão da escravidão-mercadoria sobre a base racial são o produto de um parto gêmeo que apresenta [...] características muito singulares.” (LOSURDO, 2006, p.49).

Nos escritos de JMF, acerca da miscigenação, pode-se identificar a influência do pensamento de Oliveira Vianna. Apesar de discordar de alguns ideais políticos deste, como, por exemplo, o modelo estatal corporativo, o diretor do OESP compartilhava de suas opiniões sobre a relação entre governo e raça, nas quais o ariano é identificado com a aristocracia, com a elite política (VIEIRA, 2010, p. 116)⁸. Segundo Dante Moreira Leite (2007, p. 297), para Oliveira Vianna,

A aristocracia constitui o 'centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade' e, apesar de mudanças secundárias, conserva qualidades básicas, sua moralidade. Isso não acontece 'nas camadas plebéias, em que, pela profusa mistura de sangue bárbaros, opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes', [...]. As qualidades da alta classe são: pureza, simplicidade, fidelidade à palavra, probidade, respeitabilidade, independência moral. Mas nada disso ocorre nas classes mais baixas. (LEITE, 2007, p. 297).

Os representantes do OESP basearam-se nas teorias raciais e evolucionistas para justificarem suas posições em relação à miscigenação. Concordavam que a fusão da raça branca com a negra acarretaria graves consequências para o progresso do país. Baseando-se no evolucionismo spenceriano, Julio de Mesquita Filho acreditava que a mistura racial significava uma ameaça à saúde do organismo social e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do país. Assim, mostrou-se contrário à vinda de imigrantes de raças consideradas inferiores, como a negra, por exemplo.

Oliveira Vianna considerava os mestiços inferiores, degradados, incapazes de executar qualquer tarefa que exigisse disciplina e concentração. Assim, o negro jamais chegaria à condição de ariano. O cruzamento com o branco constituiria uma oportunidade de acesso à civilização. Entretanto, seria por meio do branqueamento que o elemento negro desapareceria do cenário racial. O cruzamento do branco com raças consideradas inferiores é o fator explicativo para o comportamento passivo e desinteressado do povo brasileiro em relação à política.

A negação, por parte de JMF, de direitos políticos e sociais aos negros e, neste sentido, da participação destes na vida pública do país, estabelece uma delimitação étnica e racial à "comunidade dos livres". De acordo com Domenico Losurdo (2006, p.62),

O triunfo da delimitação étnica da comunidade dos livres não deixa de influenciar pesadamente também a condição dos negros teoricamente livres, atingidos agora por uma série de medidas que visam tornar intransponível a linha de cor, a demarcação entre raças dos livres e raça dos escravos. (LOSURDO, 2006, p. 62).

⁸ Referindo-se ao pensamento de Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré afirmou (1965, p. 183): "[...] Qualquer principiante de antropologia sabe que tudo isso são frases destituídas de qualquer fundamento; qualquer universitário de sociologia pode, sem nenhum esforço, verificar como a armadura analítica do escritor fluminense carece de solidez. [...] E, ainda sem conhecimentos sistemáticos, qualquer homem bem informado, [...], aqueles mesmo de um simples curso de humanidades, numa desatenta leitura verificará que tudo isso não passa, no fim das contas, de um entorpecente vulgar, destinado a embalar o vazio de algumas inteligências, a fatuidade de outras, a pausa mental de terceiras, [...]".

A principal consequência da Abolição consistiu, para Júlio de Mesquita Filho, certamente, no afastamento das elites intelectuais do poder e, conseqüentemente, no surgimento de uma nova categoria de políticos:

O caos mental em que nos submergiu o refluxo de africanos, que dos centros agrícolas se derramou pelas cidades do litoral, onde floresciam e doutrinavam as elites intelectuais, [...] veio favorecer a eclosão de um tipo político profissional, cuja mentalidade, [...], mais se aproximaria do estalão geral das broncas massas eleitorais da república, fato patente no declínio regular dos valores mentais que se têm sucedido na suprema magistratura da nação. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 18-19).

Além do negro, outro fator que concorreu para a degeneração política da nação foi a chegada dos imigrantes ao país. Os que para aqui vieram, fizeram-no “[...] movidos por interesses puramente materiais.” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 21), ou seja, tinham como único objetivo o enriquecimento pessoal, não estabelecendo, assim, vínculos afetivos em relação à nação. Porém, JMF destaca o papel positivo que o imigrante teve na “purificação racial” da sociedade brasileira:

E se a ação do elemento branco, oriundo do ultra-mar, se tornava perniciosa enquanto não se dava a sua integração na nacionalidade, a sua presença em determinadas regiões ia afastando a toxina africana, de todo em todo incapaz de participar da nova fase de atividade em que entráramos. Fator de primeira importância do período estático por que passou a nacionalidade, ele se mostrava incompatível com o ciclo dinâmico recentemente inaugurado. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 23).

Nessa passagem, percebe-se a nítida associação da raça com a condição de escravo. Neste sentido, assim como a escravidão, o negro torna-se “incompatível” com a república, ocasionando, assim, a crise política e social⁹.

Ao longo do tempo, a posição de “Julinho” em relação aos negros em nada se alterou. Em seu livro *Nordeste*, de 1963, o jornalista destaca a inaptidão destes para o trabalho, contrastando-os, assim, com a população do sul do país:

Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente que o fato de subsistir na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de ‘mentalidade primitiva’ a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas. O universo em que vive é de todo em todo diferente daquele que caracteriza a formação das populações do Sul, por exemplo. Falta-lhes a constância, a perseverança, a obstinação e o desejo de vencer na vida, que distinguem as raças ocidentais que colonizaram as zonas meridionais do país, [...] (MESQUITA FILHO, 1963, p. 14).

⁹ “A crise atual nada mais é, pois, do que o resultado da resistência que, à eclosão definitiva das novas energias nacionais, pretende opor o elemento remanescente da época em que o Brasil sofreu o colapso a que não podia fugir, dada a libertação repentina de dois milhões de africanos, em 1888” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 39-40).

Ao responder a um questionário sobre a convivência entre brancos e negros, elaborado por Gilberto Freyre para a formulação da obra *Ordem e Progresso* (2004, p. 594-595), JMF reafirmou a superioridade dos valores “ocidentais”, ou seja, arianos, em relação à etnia negra. Tal superioridade se confirmava, para o jornalista, ao se verificarem as tentativas empregadas pelos negros como, por exemplo, o alisamento dos cabelos, para se assemelharem aos brancos e, assim, conquistarem espaço e aceitação¹⁰. O Brasil sonhado por “Julinho” ancorava-se na eliminação total da raça negra e na consequente “purificação” do sangue ariano. Em seu projeto de modernização do país, a presença do negro constituía um anacronismo, visto que este já havia cumprido o seu papel, ou seja, o de escravo. Desta forma, sob a sua ótica, as fronteiras identitárias nacionais estariam “fechadas” ao negro.

A EVOLUÇÃO DO BRASIL RUMO À DEMOCRACIA

Ao tratar da realidade brasileira, JMF apresentou uma visão pessimista em relação à evolução política, econômica e social das regiões do país:

Somos, na realidade, um caso à parte na nomenclatura político-científica. Sociologicamente, o Brasil nada tem de comum com uma Nação, no sentido preciso do termo, pois em seu seio coexistem grupos sociais cujas estruturas profundas aberram fundamentalmente uma das outras. (MESQUITA FILHO, 1964, p. 21).

Ao definir o termo “Nação” como um organismo social estabelecido, no qual um grupo populacional tem a capacidade de “[...] sentir e conceber os seus problemas e aspirações, com as suas capitais e cidades perfeitamente proporcionais à população total.” (MESQUITA FILHO, 1964, p. 12), o jornalista desconsiderava a sua utilização no estudo do Brasil:

¹⁰ “pode-se afirmar, categoricamente, que os ‘valores ocidentais’ são cada vez mais fortemente determinantes de nossa maneira de encarar os problemas que se nos deparam. Pois bem. Entre os valores que essa fatalidade nos impõe se contam tanto os étnicos como os estéticos. Por outras palavras, aumenta constantemente o desejo de vermos um dia atingir o Brasil – por cruzar, está claro – o tipo branco puro. Os cânones estéticos, que sempre inspiraram a nação, são os mesmos que norteiam a todos os povos chamados ocidentais. Daí o nos afastamos, cada vez mais, dos valores africanos. A mais superficial observação demonstra a verdade do que acabamos de afirmar. Não tem mesmo outra origem o esforço desesperado que fazem os mulatos por parecerem, a todo o custo, brancos e os pretos para disfarçarem, tanto quanto possível, as características da sua raça. Exemplo: a mania que se apoderou da maioria dos pretos de combater a carapinha, tornando, por meios mecânicos, lisos os seus cabelos. Outra prova do que afirmamos: os terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indistigáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o meio: Isto pelo menos em São Paulo e nos Estados do Sul, onde tendem a viver em grupo e em oposição aos brancos, [...]” Para o jornalista, tal forma de agir dos negros revelava que eles próprios reconheciam-se inferiores, visto que queriam parecerem-se como os brancos, quando na verdade, o que os negros queriam era fugir do sofrimento da estigmatização. JMF não vislumbrava sequer a possibilidade de um membro de sua família vir a se casar com um afro-descendente: “Por todas essas razões, é óbvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indistigavelmente de cor. Além do mais, porque me recusaria sempre a concorrer para que viessem ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidência, são uns infelizes” (FREYRE, 2004, p. 595).

Sendo assim, usar do termo *Nação* para definir o complexo brasileiro parece-nos um contra-senso em choque com as mais comezinhas regras do método sociológico. [...] Quanto ao mais, o Brasil é um caso à parte, um fenômeno que se enquadra muito mais nos domínios da embriologia social do que na categoria das nações organicamente diferenciadas e que apresentam uma perfeita homogeneidade na sua maneira de ser política e social. (MESQUITA FILHO, 1964, p. 15)

Neste sentido, os critérios utilizados por JMF na descrição das características das populações regionais repousam nas teorias deterministas, evolucionistas e racistas. Ao descrever geograficamente o país, tal escolha torna-se clara:

Clima hostil, sistemas de montanhas que se erguem como barreiras intransponíveis entre o Planalto e o Oceano, matas imensas em cujo seio se esconde a mais rica das faunas adversas à adaptação do homem; rede de rios cujos percursos caprichosos aber-ram de quase todos os seus congêneres do globo; vastas regiões onde, ao lado de uma temperatura escaldante, impera, anos a fio, a ausência absoluta de precipitação atmosférica; tudo enfim, em grande parte do nosso território, parece desafiar o poder de adaptação do mais aparelhado dos povos. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 156-157).

Após descrever os aspectos climáticos e territoriais do Brasil, o jornalista passa a analisar a condição dos habitantes de cada região:

Agrupamentos humanos primitivos na fase mental a que a escola durkheimiana denominaria mística, dominam em quase todo o território dos estados do Amazonas e do Pará e em grande parte dos estados do Maranhão e Goiás. Nessas regiões, onde a própria terra parece não ter adquirido ainda sua feição definitiva, a civilização, dada ao termo sua significação vulgar, é que é a exceção. Mais abaixo, em direção ao Sul, muda o cenário, e, com este, o aspecto social do chamado Nordeste. Aí, se fizermos abstração de pequenos grupos imersos na massa da população, pouca coisa falta para que reconhecamos na sua plenitude os traços característicos do feudalismo. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 157).

Por ser constituída da mistura entre as raças branca, indígena¹¹ e negra, a população nordestina apresenta uma “[...] mentalidade das mais estranhas e que foge a qualquer das classificações que a sociologia nos oferece.” (MESQUITA FILHO, 1964, p. 22). Fica patente, nesse trecho, a condenação da miscigenação, considerada como um dos fatores explicativos para a decadência “psíquica” e social de uma grande parcela da população brasileira. Tal decadência acarreta fragilidade política no organismo social:

Não sei se, relembando a hostilidade do meio e a estranha sucessão de estados sociais em que se subdivide a nacionalidade, terei conseguido tornar patente aos vossos olhos a incomparável delicadeza do organismo nacional [...] e a diferença de mentalidades,

¹¹ De acordo com JMF, o índio “vive em meio a potências ocultas, que o cercam e agridem de todos os lados, pondo em risco a ordem das cousas em cujo meio se agita. Ao contemplar um fato cujas causas desconhece, a mentalidade primitiva não duvida de que seja ele a manifestação de potências ocultas” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 291).

consequência necessária da variedade de estrutura dos diversos segmentos sociais em que se decompõe o organismo nacional. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 158).

Tal situação de degeneração social estende-se por todo o Brasil, exceto, é claro, nas regiões Sudeste e Sul, onde os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e, principalmente, São Paulo, apresentam uma superioridade econômica, política e social em relação aos outros Estados:

Esse aspecto social se dilata para o Sul, interrompido apenas na faixa litorânea, onde aqui e acolá surgem, como ilhas, as grandes aglomerações urbanas de estrutura social evoluída. Algumas centenas de quilômetros ainda e atingiremos o Distrito Federal, parte do Estado de Minas e a totalidade de São Paulo. Assenta-se nesta região em alicerces profundos o único trecho de civilização industrial e do complexo brasileiro. São o industrialismo moderno e a agricultura intensiva em toda a sua pujança. Atingimos nesta, quer social, quer economicamente, maturidade plena. Por ela e só por ela integra-se o Brasil no número de países plenamente evoluídos e que emprestam à civilização moderna o seu feitio diferencial. Não é grande a sua extensão e, se a confrontarmos com o todo, veremos o que nos falta realizar para conseguirmos uma estrutura econômico-social em equilíbrio com as grandes nações da atualidade. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 157-158).

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 44-45), esse viés analítico que divide o Brasil a partir de critérios sócio-econômicos foi utilizado pela primeira vez por Euclides da Cunha que, em seus escritos sobre Canudos, definiu a separação entre um Brasil em desenvolvimento, “urbanizado, litorâneo”, e o do interior, apresentado como “estagnado” e abandonado pelas autoridades públicas.

Torna-se interessante, assim, a comparação estabelecida por Júlio de Mesquita Filho entre os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e Rio de Janeiro, e as nações mais evoluídas que se constituíram como paradigmas da civilização moderna. A partir desta compreensão, o jornalista iria traçar as soluções para o caso brasileiro.

Dada a superioridade desses Estados frente aos demais, JMF destacava o papel que teriam na evolução da sociedade brasileira. Para o jornalista, um dos principais erros da Constituição Brasileira formulada pelos republicanos foi proporcionar, a todos os Estados brasileiros, igual autonomia e as mesmas prerrogativas, não considerando as diferentes fases evolutivas de cada um.

Ao comparar a situação dos Estados mais evoluídos do Brasil com a dos treze Estados da Federação norte-americana à época em que estes formularam sua primeira Constituição, JMF propôs a adoção dos princípios constitucionais dos “yankees”.

Ao falar sobre a Constituição Americana, JMF destacava o fato de que a Carta Constitucional concedeu “autonomia” apenas aos Estados que, por se encontrarem

politicamente amadurecidos, poderiam melhor desfrutá-la. Assim como os treze Estados norte-americanos, os Estados mais desenvolvidos do Brasil já haviam atingido um estágio de maturidade social, política e econômica indispensável para a conquista da autonomia política e para a implantação da democracia. Ou seja, o restante do país atingiria sua maturidade política sob o domínio hegemônico dos Estados acima citados pelo jornalista. A condição para a evolução política e social do Brasil estaria condicionada à implantação da democracia nos Estados mais avançados:

Unidos em torno de problemas idênticos nas suas linhas gerais, passariam a constituir um núcleo de sãos princípios [...] a cuja sombra as unidades menores da República esperariam tranqüilas e protegidas a sua maturação social e política. [...] Do ponto de vista social somos, as quatro circunscrições acima apontadas, positivamente, uma democracia. Logo, cercear-lhe a livre expansão é impeli-los à violência. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 66).

Nota-se, assim, a influência da teoria evolucionista na concepção política do jornalista. A adoção do regime democrático de governo está totalmente condicionada a uma determinada fase na escala evolutiva de um país:

Democracia - e isso é para nós de capital importância - não é de forma alguma um regime político que uma comunhão humana qualquer possa adotar quando melhor lhe pareça. Democracia é, essencialmente, uma determinada fase da evolução social, não de todos, mas de certos povos apenas. (MESQUITA FILHO, 1964, p. 19).

Fica claro, neste trecho, o cunho autoritário de que se revestia o conceito de democracia exposto por JMF. Somente os povos considerados evoluídos na questão social, econômica e cultural é que poderiam buscar a liberdade e a autonomia política, enquanto aqueles que não se enquadrassem em nenhuma “categoria de classificação sociológica” deveriam permanecer subjugados¹². Qualquer iniciativa destes, na tentativa de escapar de seu *status quo*, seria vista como uma subversão à ordem, como um ataque à civilização.

“NON DUCOR DUCO”¹³: O PAULISTA DIRIGENTE E DOMINANTE

Uma das soluções propostas por “Julinho” para a regeneração dos costumes políticos nacionais seria a adoção do voto secreto, por parte dos Estados mais

¹² “A comunidade dos livres reivindica para si o mérito de procurar o ideal da liberdade na sua pureza e em todas as circunstâncias, e portanto interpreta não apenas os desafios provenientes do mundo colonial e bárbaro, mas também os desafios que se manifestam na própria área da civilização como um ataque ao ideal de liberdade, desferido por aqueles que não estão em condição de perceber a sua grandeza e a sua beleza. Totalmente compreensível e até natural entre os selvagens, essa sordidez configura-se como anomalia doentia para um povo civil” (LOSURDO, 2006, p. 274).

¹³ A frase, em latim, aparece no brasão da cidade de São Paulo e significa: “Não sou conduzido, conduzo”.

desenvolvidos. Tal medida, segundo ele, asseguraria o fim das fraudes eleitorais, como, também, a livre expressão do eleitorado.

Entretanto, ao se observar atentamente os resultados que, segundo JMF, a adoção do voto secreto traria para São Paulo e, conseqüentemente, para o Brasil, pode-se perceber que, ao invés de proporcionar a consolidação do regime democrático, tal medida fazia parte dos planos para a hegemonia política do “grupo do Estado”.

Visto que as eleições na Primeira República eram dominadas por fraudes e corrupções, com a finalidade de garantir a vitória do partido hegemônico, os setores dissidentes propuseram, como solução para a moralização dos costumes políticos brasileiros, uma transformação do sistema eleitoral, além de um projeto pedagógico que objetivava a transformação do povo em eleitores conscientes. Acreditava-se que seria possível alcançar o poder de maneira pacífica, sem a utilização de recursos violentos que ameaçassem a ordem social. Contudo, deve-se ressaltar que

Na disputa pelo poder em São Paulo, o PD vai apresentar uma tática de ‘modernização’ da máquina eleitoral, pois, com o controle dela nas mãos do PRP, as eleições estariam irremediavelmente perdidas. E, numa visão liberal-democrática, as eleições são muito importantes como legitimação do poder. A modernização é feita mais para fins táticos do que realmente por divergências no campo ideológico¹⁴. (BORGES, 1979, p.26).

Substituído o regime oligárquico, a democratização de São Paulo seria completada pelo ressurgimento das elites intelectuais na vida pública: “As elites intelectuais, refugiadas desde o advento da oligarquia nas carreiras liberais, voltariam à tona, atraídas pela purificação da atmosfera política.” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 62).

Com a volta das elites intelectuais ao poder, a democracia paulista seria “expandida” para todo o país e sua implantação no Brasil estaria condicionada ao papel que essa nova classe dirigente de São Paulo iria desempenhar:

Essa forma de democracia, que é a que estamos praticando em São Paulo, com os resultados maravilhosos que todos contemplam, por que não há de ser levada ao resto do país? [...] a ambição que nós paulistas tivemos de estender a todo o Brasil métodos que já fizeram sua prova e que produziram na sociedade paulista uma evidente elevação geral da dignidade do homem. (OESP, 29-01-1937, apud CARDOSO, 1982, p. 165).

O direito ao poder político das elites paulistas era justificado por meio dos critérios de tradição histórica¹⁵, fundamentada nos desígnios de uma “providência”, “índole” e nascimento, delimitando, assim, espacialmente, a “comunidade dos livres”:

¹⁴ O “grupo do Estado” formava, juntamente com o Partido Democrático (PD), a chamada Dissidência Paulista, em oposição ao PRP.

¹⁵ Segundo Domenico Losurdo (2006, p. 282), “a auto-proclamação da comunidade dos livres sente a necessidade de recorrer a mitos genealógicos que ofereçam fundamento a essa postura de distinção”.

Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil, nos momentos mais afletivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quais haveríamos de evoluir. [...] Porque, pois, faltarmos à nossa secular missão e não darmos agora início à autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democráticos do Universo? (MESQUITA FILHO, 1925, p. 63-64).

Em discurso proferido aos deputados paulistas eleitos para a Assembleia Constituinte, Armando de Salles Oliveira estabeleceu uma analogia entre o mito que explica a fundação da cidade de Roma e o papel de São Paulo na política nacional:

No morro do Capitólio, coração de Roma, e como símbolo da história e da civilização romana, há sempre, dentro das grades de uma jaula, uma loba viva, que reflete, na agilidade dos movimentos, na força do olhar e na harmonia das formas, a força, a agilidade e a harmonia do gênio latino. Maravilhosa loba de uma nova espécie, a terra paulista tem consciência do papel que desempenha na história brasileira. Do seu leite se alimentaram todas as gloriosas reivindicações em que se levantou a nacionalidade, [...] (OLIVEIRA, apud CORRÊA, 2002, p. 26).

Essa superioridade de São Paulo fez com que o Brasil se tornasse um “problema” paulista:

Porque, senhores, o Brasil nada mais é do que um problema posto pelas Bandeiras; e, ou nós paulistas de hoje e de amanhã o resolveremos, ou teremos irremediavelmente falido na missão que nos legaram os nossos antepassados, [...] tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 166-167).

Assim, a luta pela reconstitucionalização do país, em 1932, simbolizou, para o OESP, o papel preponderante que o povo paulista deveria exercer na condução do país ao progresso. Coube ao povo de São Paulo a responsabilidade de remover os obstáculos para a implantação do regime democrático no Brasil: “O movimento de S. Paulo, em 1932, deu bem a medida do que é, pelo menos entre os paulistas, o amor à lei e a repulsa aos governos de força, [...]” (OESP, 05-05-1935, p.03).

E assim, qualquer tentativa de impedir a missão designada ao paulista, de construção da “mística nacional” e de conduzir os destinos da “nacionalidade”, é vista como uma rebelião das “hordas” que não atingiram o nível de uma verdadeira civilização. Falando sobre João Alberto, pernambucano, nomeado por Getúlio Vargas como interventor em São Paulo, após a Revolução de 1930, JMF disse: “Nascido e criado no Nordeste, habituado à vida primitiva daquela infeliz região, e ao primarismo do Sul, o sr. João Alberto era um gritante anacronismo a perambular pelos salões dos Campos Elíseos.” (MESQUITA FILHO, 1954, p. 26).

Getúlio Vargas e João Alberto eram considerados culpados por “desviar” o movimento revolucionário de 1930 de seus “fins” e interromper o curso normal da “evolução” de São Paulo.

Neste sentido, a Revolução Paulista de 1932 foi interpretada como o choque entre “a civilização” e a “barbárie”, o “Brasil diferenciado” e o “Brasil horda”. O regionalismo¹⁶ torna-se explícito em tal interpretação:

O drama resultante do embate entre duas mentalidades, entre duas concepções da vida em sociedade, entre a fronteira e o Nordeste, de um lado, e a ordem, a disciplina social e o progresso, de outro. Nascido sob o signo do padre Cícero e criado na admiração de Antônio Silvino e Lampião, o determinismo social do meio em que transcorreu a sua juventude o impelira a aproximar-se de Getúlio Vargas, homem da horda – parente próximo dos seus êmulos platinos, de Facundo, de Francia, Rodriguez, Urquiza e Artigas. O caudilhismo e o cangaço são duas manifestações do mesmo estado social, dois aspectos de uma mesma diátese. (MESQUITA FILHO, 1964, p. 35-36).

Para o OESP, o retorno a um regime constitucional foi considerado uma prova da força e da importância de São Paulo no cenário político nacional. Graças à população paulista, a Revolução de 30 desembocou em um regime democrático¹⁷. (OESP, 25-05-1935, p.03) Nesse sentido, os paulistas constituem-se os mais competentes para ocupar cargos da administração pública: “É mais um grupo de paulistas que após a Revolução de 1930, mostraram como é grande a reserva de homens públicos que São Paulo possui e como é fácil arranjar, para os postos de governo, homens capazes, [...]” (OESP, 23-04-1935, p.03).

Conforme exposto, vê-se que a “democratização” do Brasil, para o jornal, estava diretamente condicionada à volta das elites intelectuais ao poder, em São Paulo. Tais elites teriam, legitimadas pelos desígnios da “Providência” e de uma “fatalidade histórica”, a missão de regeneração dos costumes políticos nacionais.

O “orgulho dos paulistas”, isto é, de suas elites, fora inicialmente procurar suas raízes no bandeirismo do período colonial, o que de certa forma mostraria a lealdade do

¹⁶ Vavy Pacheco Borges (1992, p. 187-188) ressalta o fato de que, na luta contra os “tenentes revolucionários”, os setores oligárquicos de São Paulo exploraram um regionalismo permeado por sentimentos xenofóbicos, sobretudo em relação aos gaúchos e nordestinos. Outra maneira encontrada para desqualificar os tenentes perante a população paulista foi taxá-los de fascistas e, também, de comunistas (BORGES, 1992, p. 204-207).

¹⁷ Para os representantes do OESP, a Revolução de 1930 foi considerada um divisor de águas na história republicana do país. Tudo aquilo que representou um obstáculo à evolução do organismo social, como o poder oligárquico, corrupção e fraudes, havia ficado para trás. O novo governo simbolizava, para o “Grupo do Estado”, a possibilidade de reorganizar a sociedade brasileira, por meio de seu projeto político-pedagógico: “A adesão dos paulistas ao movimento revolucionário de 1930 foi o ato mais natural e lógico em um povo envergonhado de tantas torpezas políticas e desanimado em vê-las sanadas dentro da lei e da ordem” (OESP, 01-05-1935, p.03). O OESP apoiou a revolução com a certeza de que a autonomia dos estados frente ao poder central seria mantida. Entretanto com as medidas centralizadoras empregadas por Vargas no campo da política e da economia, os representantes do jornal passaram a hostilizar a nova fórmula política. Assim, a crise política entre os liberais paulistas e o governo federal acirrou-se, provocando a eclosão da Revolução Constitucionalista, por meio da qual os representantes do jornal acreditavam poder regenerar a Revolução de 30, reconduzindo-a para a direção correta.

estado para com a nação. Ao estudar sua própria ascendência, procuraram reforçar sua legitimidade estabelecendo laços entre essas elites e os heróis do passado bandeirante, e assim procurando legitimá-las [...]. (BORGES, 2005, p.211).

Diferenciados do restante da população por critérios de raça, nascimento e por uma tradição histórica, os paulistas¹⁸ eram, assim, transformados em artífices de uma “identidade nacional”, responsáveis pelos destinos do país no presente e no porvir¹⁹.

O GOVERNO ILUSTRADO: A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP).

Se o voto secreto correspondeu a uma medida que propiciaria a volta das elites intelectuais ao poder, o projeto educacional proposto por Júlio de Mesquita Filho voltava-se à formação e renovação dessas elites ilustradas, condição para a conquista e manutenção da hegemonia política e cultural de São Paulo. Ao justificar a criação da USP, em 25 de Janeiro de 1934, o jornalista disse:

Vencidos pelas armas²⁰, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço, voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdávamos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer, [...], do que a Universidade? (MESQUITA FILHO, 1969, p. 199).

Segundo JMF, a situação do ensino no Brasil era caótica, o que explicava a má qualidade dos quadros políticos que dominavam a cena pública, durante a Primeira República.

Toda crise política e social era, também, explicada pela ação dessas lideranças, cuja formação cultural deu-se nos centros nacionais de educação. Neste sentido, o Brasil tornava-se um “problema de cultura”:

E se atribuíamos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária dos seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelho escolar do país e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os

¹⁸ Torna-se interessante ressaltar que, diante de situações em que o jornal reconhecia o “perigo” do comunismo, na prática discursiva este “nós” paulista convertia-se em “nós brasileiros”, pois o comunismo foi apresentado, pelo matutino, como uma grande ameaça que deveria ser combatida, tanto pelo governo quanto pela sociedade brasileira como um todo. Na luta contra o comunismo e na defesa de seus ideais liberais, o citado jornal empreendeu uma verdadeira “cruzada” anticomunista, e conclamou a repressão aos “vermelhos” (OESP, 18-12-1935, p.03). Invocou o caráter nacional dessa luta, pois entendia que “o combate ao comunismo devia ser levado avante por uma questão de defesa da nacionalidade” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 106-107).

¹⁹ “A missão histórica de S. Paulo, [...], não tem sido a de fazer política personalíssima, mas a de fazer política nacional, fundada na moral e na razão” (OESP, 26-06-1935, p.03).

²⁰ O jornalista faz alusão à Revolução Constitucionalista de 1932.

movimentos de 1922, de 24, de 30 e 32 nada mais faziam do que prenunciar. [...] O problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 164).

A formação intelectual da população nacional ficaria, então, a cargo das elites formadas nos centros universitários, que se transformariam em modeladores de uma consciência nacional e de um espírito cívico:

Procurando dar consistência material à idéia universitária, tinha em mente os que conceberam dotar o País de um cérebro poderoso e coordenado que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar os sentimentos, a vontade, a organização e a disciplina intelectual a que os povos verdadeiramente fortes devem as suas melhores vitórias. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 165).

Como um centro “[...] concatenador da mentalidade nacional [...]” (MESQUITA FILHO, 1969, p.84), a Universidade seria composta, hierarquicamente, pelos ensinos superior e secundário, e o sistema educacional primário, cuja tarefa seria a de estabelecer um “[...] contacto entre a massa popular e as elites pensantes.” (MESQUITA FILHO, 1925, p.84).

Ao ensino secundário, caberia a função de estabelecimento de uma “mentalidade média nacional”, cujos valores e capacidades formariam a base cultural de uma elite dirigente. Assim, os centros de estudos secundários constituiriam os locais nos quais se concentrariam as mentes que seriam transformadas em elites intelectuais. Ao expor o conceito de sociedade que o projeto educacional proposto pelo “grupo do Estado” implica, Irene Cardoso revela que:

A concepção de sociedade, [...], expressa-se por uma estratificação social em termos de elite/classes médias/massas, que correspondem respectivamente a camadas formadas pelas universidades, pelo ensino secundário e pelo ensino primário. As elites constituiriam o vértice dos vários estratos articulados, sendo ‘filtradas’ através deles. O que sustenta a concepção democrática, [...], é a educação, na medida em que permite a circulação das elites através de um processo de ‘filragem’ de elementos dos vários estratos, [...] (CARDOSO, 1982, p. 37).

Pode-se perceber que o conceito de democracia presente no projeto educacional liga-se à escolha de elementos da população²¹, “filtrados” nos centros de estudos secundários, para compor o quadro de uma elite intelectual que, capaz de formular e solucionar os problemas do país por meio da unificação dos “interesses

²¹ A classe média representava, para o jornal, um “celeiro de líderes, pois a sociedade que o OESP requer é a ‘sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes que necessita’, [...]” (FONSECA, 2005, p. 191).

nacionais”, e restabelecendo a ordem política e social, conduziria os destinos políticos do Brasil.

A influência que as classes ilustradas conquistariam sobre a consciência e a ação das massas seria fundamental para a implantação e a manutenção da democracia:

Refundida a nossa cultura e restabelecida a disciplina na mentalidade de um povo, sob a ação purificadora daqueles núcleos de meditação e estudos, não tardaria que a nação se aquietasse e que desaparecessem os vícios inumeráveis do nosso aparelho político-administrativo. [...] Filtrada através dos vários estratos que constituem normalmente uma sociedade organizada e perfeitamente articulada, a ação das elites formadas no cadinho dos centros superiores de cultura refletir-se-ia na consciência popular. Esta não deixaria de reagir benéfica e eficientemente ante as tentativas periódicas e cada vez mais ousadas dos detentores do poder, hostis às liberdades individuais. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 91).

Para os liberais do OESP, a grande missão reservada às elites intelectuais residia na capacidade de dirigir, representar e organizar as massas, de modo que estas, disciplinadas e controladas, não oferecessem nenhum risco ao domínio político e econômico reservado àquelas.

É interessante ressaltar que a existência de uma elite intelectual exercendo uma liderança política, econômica e ideológica sobre o restante da população não só reforça o caráter excludente da democracia liberal como, também, justifica a presença de um Estado “onipotente” nas ocasiões em que os pilares que sustentam o poder econômico e político das classes dominantes estiverem ameaçados pelo “populacho”. Em tais ocasiões, pode-se perceber a convergência existente entre autoritarismo e liberalismo, pois, para este, “governo das elites” torna-se sinônimo de “Democracia” e, como tal, garantia de sua existência:

A democracia no seu conceito mais moderno - reside no fato de a totalidade de seus membros haver alcançado um tal grau de cultura que o povo, isto é, a totalidade de sua população - proletariado e classe rural, média e superior - compreende perfeitamente que, diante da extrema complexidade dos problemas com que luta hoje uma nação não lhe cabe a ele povo tratá-los diretamente, mas delegar poderes aos mais capazes para desempenhar as funções em que se subdividem as atividades do Estado. [...] Sabe o cidadão até onde vai a sua competência e que esta não pode ir além da escolha deste ou daquele entre os mais aptos para desempenhar esta ou aquela missão político-administrativa. Trata-se, portanto, de um sistema essencialmente diferenciado e fundamentalmente hierarquizado. (MESQUITA FILHO, 1964, p. 20-21).

Os princípios educacionais formulados por JMF apoiavam-se em um projeto cujo objetivo era a hegemonia política e cultural no país. Além disso, fica claro que a Democracia constituir-se-ia no único regime de governo que possibilitaria a construção,

via manipulação, de uma opinião pública que refletisse os valores defendidos pelos liberais do OESP. Se a hegemonia política se conquista pelo consenso, nada mais oportuna do que a escolha feita.

Assim, em relação ao projeto de criação da USP, a universidade tornar-se-ia um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político. Pode-se, desta maneira, considerar estes intelectuais como “orgânicos”, ou seja, que têm a capacidade de expressar as demandas e interesses de uma classe social, de forma a torná-la homogênea e consciente de sua função no plano econômico, político e social.

Se a ideologia é fundamental na determinação das ações práticas dos homens, a luta pela construção de uma hegemonia, pela conquista de um consenso, dá-se não só no plano político, econômico ou social, mas também no terreno das práticas e instituições culturais. Daí a importância que o jornal e a universidade assumiram no projeto de poder político e cultural de Julio de Mesquita Filho e o “grupo do Estado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Fredrik Barth (2011), a identidade, quer seja ela étnica, coletiva ou individual, é construída e modificada nos vários contextos onde ocorrem interações sociais, sendo esta (re) construção concebida a partir de demarcações de fronteiras entre os grupos. Assim a identidade, longe de ser algo estático, imutável, é concebida como algo dinâmico, flexível, pois tais demarcações, realizadas a partir de um processo constante de inclusão e exclusão, ganham expressão e legitimidade em uma dada situação relacional (o “Nós” só existe e é definido, enquanto tal, pela sua oposição a “eles”).

Neste sentido, os grupos são identificáveis e garantem a sua existência por meio da construção e manutenção de suas fronteiras. Para o referido autor, o olhar analítico deve voltar-se, assim, para a edificação e persistência destas fronteiras, mesmo quando os pontos de referência, a partir dos quais a “separação” entre “nós” e “eles” é construída, se modificam. Em outras palavras, de que maneira um grupo utiliza suas práticas e representações políticas, sociais e culturais, que podem sofrer alterações, para sinalizar sua existência e singularidade. Além disso, torna-se relevante, também, descobrir não só quais são as diferenças e semelhanças mais significativas que justificam, para os indivíduos de um grupo, o ato de agregar e o de excluir, como, também, os momentos em que alguns traços diferenciais podem perder sua relevância.

No Brasil, nação de tão grande extensão territorial, cujas regiões apresentam complexidade e dinâmica próprias, torna-se difícil conceber a existência de uma única identidade nacional, sólida, capaz de aglutinar tanto as diferenças raciais,

étnicas e regionais como, também, as desigualdades políticas, econômicas e culturais. Tais diferenças e desigualdades estão refletidas nas diversas representações acerca da “brasilidade”. Assim,

Há versões do Brasil de origem senhorial, burguesa, proletária, classe média, camponesa, sem-terra, paulista, mineira, nordestina, gaúcha, negra, indígena.[...], imigrante, migrante, caipira, urbana, suburbana, litorânea, sertaneja, oficial, marginal, militar, civil, etc. (REIS, 2007, p.17).

Essa pluralidade de representações acerca do que é “ser brasileiro” revela que a identidade nacional é social, historicamente construída e transformada em estreita relação com as sucessivas mudanças nas estruturas econômica, política, social e cultural do país, mudanças estas que acarretam uma reorganização das relações entre os diversos grupos sociais. Nesta reorganização, as fronteiras são produzidas e reproduzidas pelos diversos sujeitos históricos, a partir de processos de exclusão/inclusão condicionados por interesses, quer sejam eles políticos, econômicos, culturais, que tais sujeitos representam. Assim, a construção de uma fronteira identitária, a partir da aceitação ou recusa de símbolos, ritos e tradições, pode estar servindo tanto a projetos hegemônicos quanto aos contra-hegemônicos, o que revela como Zigmunt Bauman bem o demonstra em seu livro “Identidade” (2005, p. 82), que “[...] a ‘identidade’ é uma ideia inescapavelmente ambígua, uma faca de dois gumes.”, ou seja, pode ganhar contornos defensivos ou ofensivos e “[...] que a identificação é também um fator poderoso na estratificação [...]” (BAUMAN, 2005, p. 44).

A partir de tais considerações e concepções é que foi analisada a construção de uma identidade “paulista-brasileira” por Júlio de Mesquita Filho. Assim, conforme análise empreendida pôde-se perceber que teorias organicistas, evolucionistas e racistas constituíram-se “ingredientes” que, “misturados” a um liberalismo autoritário e excludente, deram forma às fronteiras identitárias idealizadas pelo jornalista.

O projeto de poder que norteava a atuação do OESP balizava-se na doutrina liberal e almejava a hegemonia política e cultural de São Paulo, no cenário nacional. Aos paulistas, considerados superiores, em relação aos demais brasileiros, a partir de critérios de raça, nascimento e tradição histórica, cabia não só a construção de uma “identidade coletiva” como também a condução dos destinos do país.

Se, de acordo com Zygmunt Bauman (2005, p. 83), “O campo de batalha é o lar natural da identidade.”, tal “batalha” pode ser travada, também, utilizando-se o discurso como arma. Neste sentido, no pensamento político e social de Júlio de Mesquita Filho, tanto o jornal quanto a USP transformam-se em trincheiras, cuja função é delimitar e guarnecer as fronteiras identitárias que justificam e legitimam tanto a dominação, quanto a exclusão.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- _____. São Paulo, anos 1930: um “estado” humilhado? In: MARSON, Izabel, NAXARA, Márcia (orgs.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: FENART-STREIFF, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: EDUNESP, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRAVO, Guilherme P. *O papel conservador dos liberais: a ANL e os Levantes Nacional-Libertadores de Novembro de 1935 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFC – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os Arazos do Liberalismo – Imprensa Paulista 1920 - 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1ª edição, 1989.
- CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- CORRÊA, Arsenio Eduardo (Org.). *Escritos Políticos de Armando de Salles Oliveira*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 2002
- DUARTE, Paulo. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.
- MESQUITA FILHO, Júlio de Mesquita. *A crise Nacional*. São Paulo: Secção de obras d “O Estado de S. Paulo, 1925.
- _____. A Democracia e o Fenômeno Brasileiro. In: *A Doutrina democrática e a realidade nacional*. São Paulo: Fórum “Roberto Simonsen”/FIESP, 1964.
- _____. *Ensaio Sul-Americanos*. São Paulo: Ed. Martins, 1946.
- _____. *Nordeste*. São Paulo: Editora Anhembi, 1963.
- _____. *Política e Cultura*. São Paulo: Ed. Martins, 1969.
- _____. *Vida de um Revolucionário*. Ed. Anhembi, 1954.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SALONE, Roberto. *Irredutivelmente Liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Ed. Albatroz, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil (Oliveira Vianna e Companhia)*. São Paulo: EDUNESP, 2011.

Data de submissão: 01/09/2013

Data de aprovação: 25/09/2013

